

PERCEPÇÃO ÉTNICO – RACIAL DE ESTUDANTES DE UM NÚCLEO DE ENSINO SUPERIOR DO INTERIOR AMAZÔNICO: UMA ANÁLISE SOBRE RAÇA E RACISMO EM MAUÉS/AM

Gracy Kelly Monteiro Dutra

Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, docente da Universidade do Estado do Amazonas, Parintins/AM, Brasil, gkmdutra@uea.edu.br

Resumo: O estudo “Percepção étnico – racial de estudantes de um núcleo de ensino superior do interior amazônico: uma análise sobre raça e racismo em Maués/AM” é um recorte de um projeto institucional docente financiado pela Universidade do Estado do Amazonas. A discussão proposta tem a contribuição teórica de Chimamanda Ngozi Adichie (2019), Ailton Krenak (2020), Cida Bento (2022), Adilson José Moreira (2024), Barbara Carine Soares Pinheiro (2023), entre outros. As análises discorrem sobre as aprendizagens raciais internalizadas, o entendimento sobre o processo de letramento racial estabelecido na educação básica e como essa relação de ensino – aprendizagem sobre raça e racismo chega na universidade, a partir do Núcleo de Ensino Superior de Maués - NESMAU, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. A metodologia de acesso às informações foi por meio de questionário *on line*, com estudantes dos 06 cursos ofertados no núcleo. Os resultados mostram que a educação básica não trabalha adequadamente os povos indígenas e africanos, mesmo com a lei nº 11. 645 de 2008. Desta forma, a compreensão sobre raça e racismo é frágil, visto que, as respostas apresentam que os temas são tratados sem profundidade, corroborando um ensino com leituras ocidentocêntricas que perpetuam a branquitude. Ao fim, constatamos que o tema raça e racismo não é visto como relevante. Destarte, essa realidade assevera a urgência de os estudos sobre percepção étnico – racial, raça e racismo serem mais aprofundados na Região Amazônica.

Palavras – chave: Amazônia. Universidade. Maués. Percepção Étnico – Racial. Educação.

Introdução

O estudo “Percepção étnico – racial de estudantes de um núcleo de ensino superior do interior amazônico: uma análise sobre raça e racismo em Maués” é um recorte de um projeto institucional docente, financiado pela Universidade do Estado do Amazonas. Ele parte da compreensão sobre a percepção étnico - racial de estudantes da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, particularmente do Centro de Estudos Superiores de Parintins - CESP e Núcleo de Ensino Superior de Maués - NESMAU, inseridos territorialmente na região da calha do médio rio Amazonas. Esta pesquisa maior discute o processo educativo construído na educação básica sobre raça e racismo, a naturalização sobre as aprendizagens raciais e o papel da Universidade na construção e desconstrução do discurso colonial sobre raça, a partir de cursos e disciplinas ofertadas na graduação em uma universidade do interior da floresta. As discussões têm embasamento em Chimamanda Ngozi Adichie (2019), Ailton Krenak (2020), Cida Bento (2022), Adilson José Moreira (2024), Barbara Carine Soares Pinheiro (2023), entre

outros, que ilustram os argumentos desenvolvidos. Nesta ação científica, optamos, restringir em duas unidades acadêmicas com atuações distintas: o CESP, em Parintins/AM, com cursos regulares, professores permanentes, projetos de pesquisa e extensão ativos que envolvem a comunidade acadêmica, em contraponto, ao NESMAU, em Maués/AM, que oferta cursos pontuais, chamados cursos de oferta especial, com professores temporários. Esse recorte pondera o entendimento deste estudante universitário da Amazônia, nos anos 20 do século XXI, após mais de vinte anos da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica (leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008), se há um letramento racial sobre a realidade brasileira. Ademais, ao viver num território onde, os povos indígenas se fazem presentes em sua constituição étnico – racial, percebida nas características fenotípicas dos habitantes, nos costumes e na produção social do espaço.

A obra de Darcy Ribeiro (2006), discorre a gestação da sociedade brasileira em três matrizes étnico – raciais: amarela indígena, negra africana e branca europeia. A imbricação étnica desde o século XVI, gestou uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos na África, e os europeus aqui querenciados (Ribeiro, 2006, p. 27). Não houve uma democracia racial, mas, uma união forçada, com desaparecimento da subjetividade dos povos indígenas e africanos.

Na Amazônia, os povos indígenas foram, antes da chegada dos europeus, os únicos habitantes da região, construindo uma cultura material e imaterial rica em saberes florestais e manifestações culturais. Com a vinda sorrateira de nações europeias, especialmente Espanha e Portugal, houve um cruzamento racial, à contragosto dos povos nativos, que gerou uma identidade étnica única: o *caboco* ou *caboclo-ribeirinho*, de acordo com os estudos de Therezinha Fraxe (2010). Os europeus, com o tempo, trouxeram consigo os africanos escravizados que, em um número reduzido, começaram a se unir às outras etnias, tornando-se parte do povo amazônico. Outros africanos vieram, fugidos das amarras da escravidão imposta, percebendo o lugar com o território de liberdade, criando quilombos até hoje resistentes. O povo indígena, branco e negro, trouxe suas culturas materiais e imateriais que, fomentaram uma cultura única, uma cultura das florestas, distinta de outras regiões. Uma das questões norteadoras neste trabalho é compreender como as pessoas da Amazônia, que estão na Universidade, diante dessa construção interétnica, se percebem racialmente e a compreensão de racismo diante dos espaços que ocupam.

Neste artigo, apresentamos a dinâmica obtida no Núcleo de Ensino Superior de Maués – NESMAU. Este núcleo fica localizado no município de Maués/AM, conhecido como a “Terra do Guaraná”, com presença marcante do povo indígena Sateré Mawé. É banhado pelo rio

Maués-Açú, com uma área territorial estabelecida em 39.991,067km². Tem uma população estimada em 66. 336 habitantes (IBGE, 2025). É distante de Manaus, capital do Amazonas, cerca de 258 Km, onde o trânsito acontece através do rio, por lanchas (expressos) e barcos regionais, avião e por estrada (Figura 1).

Figura 1: Vista aérea de Maués/AM



Fonte: www.folhademaues.com

O NESMAU conta com 06 cursos de oferta especial, total de 203 alunos regularmente matriculados. Os cursos ofertados com a quantidade de estudantes é assim disposto, conforme dados do Núcleo: Tecnologia em Gestão Hospitalar (turno matutino - 33 acadêmicos), Licenciatura em Educação Física (turno matutino - 35 acadêmicos), Licenciatura em Letras – Língua Inglesa (turno vespertino - 30 acadêmicos), Bacharelado em Ciências Econômicas (turno vespertino - 35 acadêmicos), Bacharelado em Direito (turno noturno - 37 acadêmicos) e Licenciatura em Física - PARFOR (Integral/Férias - 33 acadêmicos).

No mês de outubro de 2025, elaboramos questionário *on line* com 26 questões, por intermédio da plataforma *Google Forms*. Encaminhamos o *link* ao gerente do NESMAU para que houvesse a divulgação entre os estudantes. A plataforma ficou disponível até a última semana do mês de novembro do mesmo ano. Ao final, obtivemos o retorno de 24 questionários, que contabiliza mais de 10% de preenchimento. O retorno quantitativo, a priori, aparenta ser irrisório, entretanto, as respostas obtidas apresentam a realidade sobre a questão étnico-racial, as

aprendizagens familiarizadas na constituição do povo brasileiro, especialmente, sobre o pertencimento do povo da Amazônia. As 26 questões não serão apresentadas individualmente neste recorte, priorizamos, as respostas mais instigantes para compreender o letramento racial dos estudantes do NESMAU, as fragilidades e avanços na discussão sobre raça e racismo da educação básica ao ensino superior.

Este estudo singular, junto aos estudantes do NESMAU, tem por intento discutir as aprendizagens raciais internalizadas, entender o letramento racial estabelecido na educação básica e como essa relação de ensino – aprendizagem sobre raça e racismo chega na universidade, assim como evidenciar a construção e desconstrução do discurso colonial sobre raça e o combate ao racismo. No decorrer das argumentações, vislumbraremos como a questão étnico – racial, durante o processo de escolarização, numa região multicultural, que para muitos, é só floresta, bichos e povos indígenas, foi apresentada aos acadêmicos e como estes a compreendem no seu cotidiano .

Desenvolvimento

Figura 2: Vista aérea do Núcleo de Ensino Superior de Maués/AM



Fonte: Acervo do NESMAU, 2026.

O Núcleo de Ensino Superior de Maués – NESMAU (Figura 2) foi construído em resposta ao clamor da classe estudantil, professores e da população geral de Maués, a partir da criação Universidade do Estado do Amazonas em 2001. A sua inauguração foi em 03 de outubro de

REALIZAÇÃO:



UEA



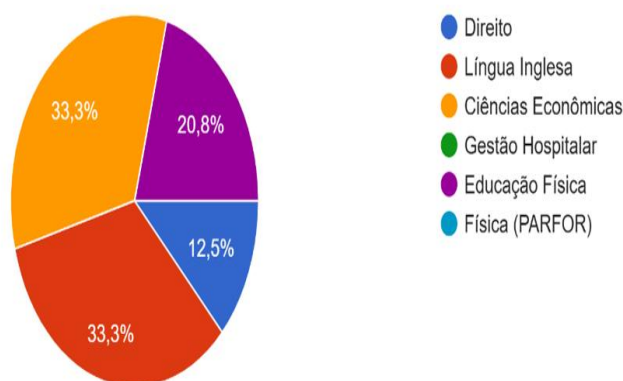
UEP



AINPGP

2002, com atividades acadêmicas, anteriormente, transmitidas pelo Sistema Mediado por Tecnologia. A estrutura física do prédio com 2.896m² construídos, que abrangem: 06 salas de aula, 01 laboratório de informática, 1 biblioteca setorial, 01 sala de leitura, 01 sala para professores, 01 sala para a secretaria, 01 cantina, 01 depósito e 01 sala da Gerência com banheiro e 2 banheiros coletivos (01 masculino e 1 feminino). Esta estrutura, em 2026, atende seis cursos. É importante destacar que, cinco cursos ainda são de origem Modular Presencial Mediado por Tecnologias (Via IPTV/ Televisão por Protocolo de Internet), de oferta especial. O curso de licenciatura em Física/PARFOR é Modular Presencial, realizado nas férias, com professores do quadro permanente da UEA. Essa realidade é destacada no quantitativo dos 24 questionários devolvidos, com a participação dos seguintes cursos (Figura 3). Os estudantes estão entre o 1º e o 8º período.

Figura 3: Curso regularmente matriculado no NESMAU/AM

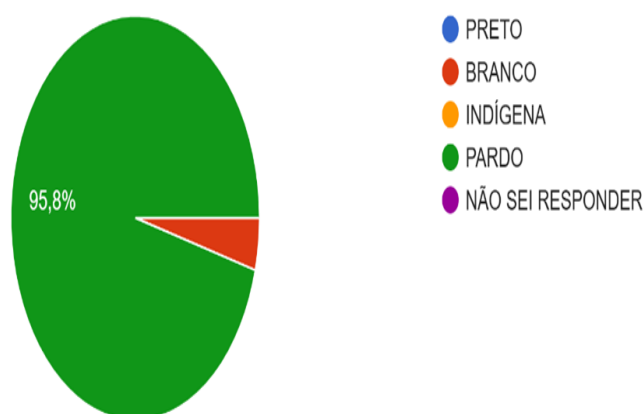


Fonte: Pesquisa de Campo de Gracy Kelly Monteiro Dutra, 2026.

Os cursos ofertados são escolhidos a partir das demandas da população maueense. Antes, quem desejava prosseguir nos estudos deslocava-se para outros municípios, especialmente, Manaus e Parintins. Hoje ainda acontece, por desejarem realizarem outros cursos fora da oferta local, visto que, seis cursos ofertados ainda não suprem as necessidades daqueles que desejam cursar uma faculdade. Embora, a oferta no NESMAU, seja, aparentemente, mínima, a possibilidade de realizar uma graduação no seu lugar de origem, torna os processos seletivos locais bastante concorridos. A oportunidade que a Universidade do Estado do Amazonas oferece aos municípios em expandir o ensino superior, a faz ser considerada a maior universidade multicampi brasileira, com 06 unidades acadêmicas em Manaus, 06 centros de estudos superiores em municípios - polo, como Parintins, e 17 núcleos de ensino superior em cidades pequenas, entre elas, Maués.

A costura científica deste estudo, nos dá um panorama sobre o desenvolvimento dos conteúdos de história e cultura afro – brasileira e indígena na educação básica, pois, a compreensão da realidade sobre raça e racismo, parte de um processo contínuo iniciado desde a educação infantil e, nos dizeres de Djamila Ribeiro (2019, p. 17), “o sistema racista está em constante processo de atualização e, portanto, deve-se entender seu funcionamento”. Quando perguntado sobre a raça, os estudantes expressam os dados já divulgados pelo censo do IBGE (2022), onde a maioria da população brasileira se autodeclarou parda (Figura 4).

Figura 4: Cor ou raça de alunos matriculados no NESMAU/AM



Fonte: Pesquisa de Campo de Gracy Kelly Monteiro Dutra, 2026.

Convém evidenciar que, inserido no Estado do Amazonas, nenhum respondente se autodeclarou como indígena. Pode-se aqui expor alguns cenários: 1. A compreensão de ser indígena é somente viver na aldeia; 2. A negação de sua ancestralidade; 3. O sistema de cotas para pessoas indígenas não está à contento. São retóricas que devem ser proporcionar reflexões mais profundas sobre a não - presença de pessoas indígenas neste núcleo de ensino, visto que o povo Sateré Mawé é a base da população maueense.

Sobre a grande maioria declararem-se pardos, ao serem questionados o porquê, algumas das respostas foram: “*não sou negra nem branca*”, “*pela miscigenação dos meus antepassados, portugueses e indígenas*” ou “*sou mistura de português com preto*”, esses argumentos refletem a condição fronteiriça estabelecida no Brasil, que dita a marca do racismo e uma frágil leitura sobre a raça negra, ante ao significado sobre quem se enquadra neste grupo no Brasil. Em verdade, esta situação mostra o desconhecimento sobre a herança étnica – racial e da história e cultura afro – brasileira e indígena da/na formação da subjetividade do povo brasileiro. Ao considerar ser pardo (a), mas, sem contextualizar a origem étnico – racial do seu significado,

emerge a tentativa de branqueamento do povo e apagamento da pessoa negra e indígena da história do Brasil¹. Noutro comentário é dito: “*porque está em minha certidão*”, tornando-se uma imposição do Estado ao recém - nascido. Esse entendimento, está nas palavras de Bianca Santana (2023, p. 25) ao retratar que “o branqueamento apaga de nossas memórias as conquistas que nós, pessoas negras, tivemos ao longo da história do Brasil. Conquistas individuais e coletivas”. Ao declarar-se pardo, inclui-se na raça negra. A negação dessa identidade é um projeto bem calculado pelo *status quo*, implantado por séculos.

Ser negro e indígena já determina uma marca, um olhar diferente do outro, devido ao processo/projeto histórico implantando na humanidade ocidental. Ailton Krenak (2020, p. 11) diz que “a ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível”. Um “trazer a luz” às custas de sangue e grilhões. O pensamento do homem branco europeu era subjugar até a morte, tanto física quanto mental, os povos conquistados. E assim foi com os povos indígenas e africanos, que desmantelados da sua condição de vida, tiveram seus corpos subtraídos de sua humanidade originária.

O processo de escravização, principalmente, africana, transformou o corpo da mulher escravizada num objeto a ser usado pelo escravocrata para saciar os desejos sexuais (fetiches) não realizados na esposa branca. Nas gravidezes, os filhos gerados nasciam com a pele mais clara, mostrando a realidade obscura que acontecia entre a casa grande e a senzala ou no interior das florestas: às vistas, era chicote e humilhação, mas, na surdina, era o prazer à vontade. O filho nascido não tinha privilégios, permanecia no lugar de negação de sua identidade: ele não era preto nem indígena puro nem branco - era preciso encontrar um lugar para esse sujeito mestiço/fronteiriço.

Na sociedade ocidentocêntrica, um marcador determina a sua condição de ser humano com direitos acessíveis: quanto mais branco, mais direitos são atendidos. O pardo foi uma ideia à *la* brasileira para inserir o fruto da mestiçagem. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE expressa que pretos e pardos estão inseridos na raça negra, uma vez que os marcadores fenotípicos proeminentes seguem características de uma pessoa de ascendência africana. E na Amazônia, como este mestiço se encaixa, dado que as características presentes destacam a

¹ Num ambiente com presença frequente dos povos indígenas, poderíamos, quiçá, ter acrescentado o termo “*caboclo ou ribeirinho*” à pesquisa, entretanto, seguimos a retórica do censo do IBGE. Uma possibilidade de abertura para uma nova pesquisa, na qual os termos regionais/locais podem ser adequados para maior compreensão do sujeito da Amazônia.

ascendência indígena? Qual a tipologia adequada à percepção étnico – racial do povo amazônico?

Subsistem inúmeras discussões atuais sobre o que é ser pardo e os seus múltiplos sentidos, como a de descolar da categoria da raça negra (Campos, 2024), contudo aqui, utilizaremos o significado dado pelo IBGE, e percorrido por Alessandra Devulsky (2021). A citada autora assenta que “ [o pardo] insere-se na estrutura racial que infere da sua identidade negra as características negativas atribuídas à africanidade desde o processo de escravidão. Entretanto, a sua condição mestiça, não pura, também o beneficia em certas circunstâncias” (Devulsky, 2021, p. 24). É uma reflexão que devemos realizar como povo pluriétnico, em especial, na/da região amazônica. Contudo, a sua condição ascendente, mesmo beneficiado em alguma situação social, a sua identidade como sujeito sempre estará num patamar abaixo da pessoa branca. Entre um negro (preto e pardo), indígena e um branco, este último estará a um passo à frente. É a cruel realidade.

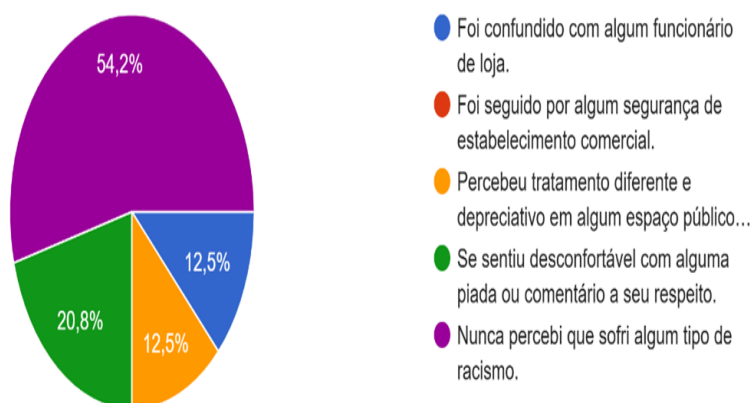
Ao questionar se já sofreram algum tipo de racismo: 70, 8% disseram que não, 20,8% já sofreram e 8,3% não souberam responder. O projeto de apagamento afro – brasileiro e indígena na história, leva o indivíduo a normalizar situações racistas. Disparidades entre pessoas negras e brancas não são percebidas como frutos da estrutura racial, que sobrepõe uma raça sobre outra. Séculos de discriminação e preconceitos, normalizam fatos e histórias, em razão de estarem solidificados no imaginário social e, como argumenta Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 22) “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”. Uma subjetividade martelada por uma única história contada, promove a permanência do não-reconhecimento da capacidade social e histórica dos povos indígenas e africanos em conjunto com o não-reconhecimento do racismo no cotidiano. Este contexto de séculos projetou no imaginário dos grupos marginalizados uma sensação de não-pertencimento à história.

Adilson José Moreira (2024) argumenta que muitos brasileiros e brasileiras não veem o racismo como limitação para oportunidades sociais, em virtude que “o simples fato de negros e brancos terem os mesmos direitos formais significa que eles possuem a mesma experiência social e que devem ser tratados da mesma maneira em todas as situações” (Moreira, 2024, p. 52). É forçoso ponderar que a caminhada de determinados grupos há barreiras que, para alguns, são intransponíveis, isto é, “essas vantagens que as pessoas brancas têm nós nomeamos de privilégio, e absolutamente todas as pessoas brancas são beneficiárias dele, por mais que não sejam signatárias” (Pinheiro, 2023, p. 42). Esses privilégios vieram acompanhados de aparelhos estatais, religiosos e científicos que introjetam crenças, valores e normas, logo, “é impossível

falar sobre a história única sem falar sobre poder” (Adichie, 2019, p. 22). A subjetividade e a compreensão sobre si foram tão subjugadas que, o lugar onde a branquitude quer colocar o negro e o indígena, é aceito como o adequado ao grupo.

Noutro momento, questionamos se situações racistas foram vivenciadas, a exemplo, ser confundido com funcionário de loja ou se foi perseguido por algum segurança de loja. Aqui, há a comparação com os dados anteriores. As informações apresentam a diminuição dos 70,8% de não terem sofrido racismo, já que, a soma de situações, veladamente, racistas sobe para 45,8%, conforme figura 5. É importante ressaltar que 54,2% ainda não percebem a relação com atos racistas contra si. O racismo é tão internalizado que relações racistas do cotidiano são imperceptíveis.

Figura 5: Situações no dia a dia que aconteceram com alunos matriculados no NESMAU/AM



Fonte: Pesquisa de Campo de Gracy Kelly Monteiro Dutra, 2026.

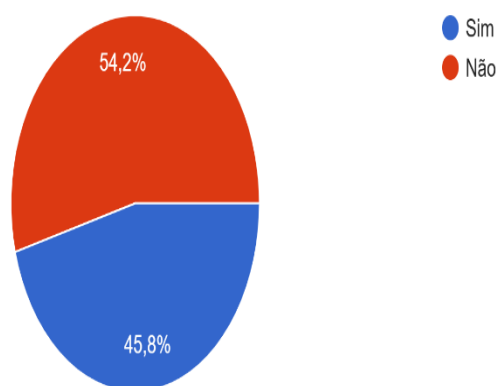
Analizamos que a falta de um letramento racial faz com que haja a normalização da realidade racista. Ser apático às estruturas impostas pelo racismo, faz com que a sociedade permaneça ainda mais condicionada para condicionantes estruturais, onde a lógica da supremacia branca/branquitude dita os padrões de acesso à direitos, permanências sociais e ao que deve ser visto como aceitável. Sobre esse foco, Cida Bento (2022) ilustra sobre o legado da escravização, onde ao negro cabe ser o empregado ou o criado mudo, às necessidades da sinhazinha “que, mesmo deleitando-se na praia, não pôde se ocupar de providenciar, ela mesma, uma água de coco, tendo que se valer do serviço de um negro” (Bento, 2022, p. 31). O programa permanente de dominação racial é um sucesso para dominadores e um desastre para os dominados. O projeto de poder de uma raça sobre outra está presente em cada esfera da sociedade. Como ilustração, há um trecho da obra de Tiago Rogero (2024) que explicita isso e traz o papel da escolarização numa tentativa de mudança sobre as condições impostas.

Em 1760, uma mulher chamada Isabel fez um pedido para o juiz de órfãos de Mariana, em Minas Gerais. O marido dela havia morrido, e quem administrava a herança não era Isabel, mas o juiz. Ela pediu então ao *doutor* uma quantia para que os dois filhos pudessem continuar a estudar, porque não queria que eles fossem “feitores e nem trabalhassem com a enxada”. [...]. O juiz negou. Disse a Izabel que, como os filhos dela eram pardos [...], não se justificava gastar dinheiro com educação, e o que eles deveriam mesmo fazer era trabalhar (Rogerio, 2024, p. 163 - 164).

A história narra esse fato entre tantos outros semelhantes. A negação ao direito de estudar e a marginalização de pessoas negras e indígenas é um projeto de poder. As vozes ainda são silenciadas pelos marcadores raciais. Ao adentrarmos no ambiente educativo, uma história única se faz presentes nos conhecimentos científicos. Como é a história do negro sem estar atrelada à escravização? Como é a história dos povos indígenas apresentada nos livros? O ensino da história e da cultura afro – brasileira e indígena não deve ser entrelaçada somente aos dias 19 de abril ou 20 de novembro. Existem histórias e personagens que foram negados e necessitam, urgentemente, vir à tona. Há uma produção histórica, social, cultura, econômica e ambiental além de uma data, que o Estado apresenta como festiva, mas, para o povo, é dia de luta e reivindicações.

O desconhecimento dos estudantes sobre as narrativas afro-brasileiras e indígenas é perceptível nas respostas, mesmo que na educação básica, seja obrigatório, segundo a lei nº 11.645/2008, o ensino da história e cultura afro – brasileira e indígena. Ao questionar sobre o conhecimento da lei nº 11.645/2008, as respostas mostraram ser alarmantes, como revela a figura 6.

Figura 6: Conhecimento sobre a lei nº 11.645/2008 com alunos matriculados no NESMAU/AM



Fonte: Pesquisa de Campo de Gracy Kelly Monteiro Dutra, 2026.

Compreendemos neste ponto o porquê das informações anteriores obtidas. O instrumento de ruptura do racismo internalizado na sociedade brasileira não está eficiente. O que a escola está fazendo em favor da história e cultura afro – brasileira e indígena? A discussão sobre raça e racismo, diante dos estudantes do NESMAU, é irrisória ou tratada como conteúdo irrelevante frente às disciplinas tradicionais, como: Matemática, Química e Língua Portuguesa, quando estavam na educação básica. Sem aprofundamento e contextualização, o processo de desnaturalização do cotidiano não acontece. Barbara Carine Soares Pinheiro (2023) traz um relato que expressa esse contexto:

Já que por aqui parece que a ciência é totalmente branca e europeia, nem dá para criar autoidentificação com o bagulho, sabe? Recentemente em uma aula de história da química, a professora estava falando do surgimento de todas as ciências na Grécia, e eu questionei a professora se no Egito, que foi uma grande civilização africana, não tinha sido inventado nada; a professora respondeu que não, que no continente africano a cultura era totalmente oral e por isso que tudo se perdia, pela ausência dos registros (Pinheiro, 2023, p. 101).

Este relato expõe que padrões hegemônicos da história sobre as ciências e povos se torna tão presente e que a crença de superioridade e inferioridade racial se mantém. Argumentos que não diferem dos resultados expressos na pesquisa. Podemos conjecturar que os assuntos étnico-raciais não são tratados de forma satisfatória na educação básica. A Região Amazônica, com sua conjuntura étnico – racial particular, tem uma multiculturalidade que precisa ser compreendida a partir dos conceitos de raça e etnia. E esses apontamentos devem estar presentes na escola, pois ela é um mecanismo de mudança social. Sem desconstrução dos conteúdos ocidentrocêntricos, o imaginário sobre raça e racismo chega solidificado na universidade e se sustenta ainda mais quando a proposta metodológica acadêmica não busca o seu enfrentamento. É preciso lutar pela implantação em todos os cursos de graduação da disciplina “Educação para relações étnico – raciais”, deste modo, quiçá, teremos uma transformação real e efetiva do cotidiano brasileiro.

Conclusões

Na educação básica, não se trabalha adequadamente os povos indígenas e africanos, mesmo com a lei nº 11. 645 de 2008, torne obrigatório o Ensino na Educação Básica da História e Cultura Afro – brasileira e indígena.

A compreensão sobre raça e racismo é frágil entre os estudantes do NESMAU.

Houve uma percepção de apatia sobre racismo e formas de combate antirracista diante das respostas discursivas.

As respostas mostram que os temas são tratados de modo pontual e sem profundidade, corroborando um ensino que foca em assuntos de uma raça hegemônica.

O tema raça e racismo não é visto como relevante no cotidiano.

Os estudos sobre percepção étnico – racial, raça e racismo precisam ser mais aprofundados na Região Amazônica.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

CAMPOS, Luiz Augusto. Comentário ao debate/Os múltiplos sentidos do pardo. **Rev. antropol. (São Paulo, Online)** | v. 67: e232954 | USP, 2024.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaira, 2021.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura Cabocla - Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MAUÉS. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2026. Disponível em. Acesso em: 07 jan. 2026.

MOREIRA, Adilson José. **Letramento racial: uma proposta de reconstrução da democracia brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares. **Querido estudante negro**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROGERO, Tiago. **Projeto Querino: um olhar afrocentrado sobre a história do Brasil**. São Paulo: Fósforo, 2024.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: Fósforo, 2023.